



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor Presidente
Comissão Parlamentar de Ambiente,
Ordenamento do Território,
Descentralização, Poder Local e
Habitação
Deputado Pedro Soares

S. Bento, 4 de abril de 2019

Assunto: *Audição dos Presidentes da Câmara do Fundão e Figueiró dos Vinhos, dos investigadores do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Engenharia do Porto, do Diretor Geral da Direção Geral de Engenharia e Geologia, do Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente e do Ministro do Ambiente e da Transição Energética sobre a Escombreira com deposição de lamas tóxicas decorrentes da Exploração das Minas da Panasqueira e que se encontra em risco de rutura eminente em Cabeço Pião, no Fundão.*

Uma reportagem da SIC Notícias noticiou recentemente a existência de uma escombreira em Cabeço do Pião no Fundão com deposição de uma vasta quantidade de lamas altamente tóxicas porque contaminadas com metais pesados como arsénio, chumbo, zinco, cobre, cádmio e manganês. Não bastasse a contaminação, a escombreira no topo da qual os resíduos se encontram está em risco de rutura eminente.

Esta situação decorre da extração de Volfrâmio na Mina da Panasqueira por parte da empresa Beralt Tin and Wolfram que em 1996 abandonou este terreno, não tendo procedido a qualquer requalificação da zona em que laborou durante um século e da que resultaram vários resíduos. Há cerca de 14 anos quando a responsabilidade sobre o Cabeço do Pião passa para o Município do Fundão já a Beralt Tin and Wolfram tinha encerrado a exploração, transferido a lavaria para a Barroca e ali deixado a escombreira.

O Instituto Superior Técnico tinha já detetado esta situação e a Faculdade de Engenharia do Porto está a proceder a um estudo ambiental e toxicológico sobre os impactos da contaminação do rio por estas lamas. Este estudo é essencial, quer pelo eminente risco de rutura, quer pela falta de impermeabilização do solo, o que permite a infiltração dos contaminantes nos solos e a contaminação do rio Zêzere.

Os resultados preliminares demonstram que, em caso de rutura, os metais pesados serão transportados até à Barragem do Cabril expondo a população local a níveis inaceitáveis de toxicidade e a agentes carcinogénicos. Os investigadores recomendam ainda a reabilitação urgente do local para evitar este cenário de contaminação catastrófico. Na base desta escombreira situa-se a EN 512 e esta zona é também frequentada pela população.

Às questões levantadas pelos jornalistas, a Direção Geral de Energia e Geologia e o Ministro do Ambiente e Transição Energética informaram que é da competência da Câmara Municipal do Fundão resolver o passivo ambiental e o grave problema de segurança que esta situação configura.

Não obstante, o Governo reconhece igualmente que a empresa Beralt Tin and Wolfram terá sido a responsável pela criação desta barragem de lamas decorrente da atividade mineira, que deveria ter sido licenciada pelo Estado. O que levou, igualmente a que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tenha impedido a candidatura da CM Fundão ao programa Portugal 2020, que permitiria obter financiamento para obras na escombreira, por não ter sido demonstrado que esta empresa não teria responsabilidade ambiental.

No preâmbulo do Decreto-Lei nº10/2010 que “estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/21/CE (EUR-Lex), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março, relativa à gestão dos resíduos das indústrias extrativas” definem-se os «requisitos mínimos para prevenir ou reduzir tanto quanto possível todos os efeitos adversos para o ambiente e para a saúde humana que resultem da gestão dos resíduos da indústria extrativa» pode ler-se “A especificidade desta atividade justifica-se pelo facto de a exploração de minas e pedreiras, bem como as atividades de tratamento e transformação dos produtos resultantes dessa exploração, originar, geralmente, volumes apreciáveis de resíduos que,

em caso de gestão inadequada, podem conduzir a situações de risco elevado para o ambiente, saúde pública e segurança das populações. Tal circunstância aconselha a adoção de medidas de gestão de resíduos orientadas para a prevenção, para a valorização e, subsidiariamente, para uma deposição final em condições adequadas de estabilidade, segurança, de integração no meio envolvente e de proteção do ambiente e da saúde pública.” No entanto, não são públicos os termos em que em 1996 se desanexou o Cabeço do Pião do Complexo Mineiro da Panasqueira, não se sabendo se contratualmente se terá desresponsabilizado a empresa. Nesse sentido é necessário que se faculte o Plano de Fecho e Plano Ambiental de Recuperação Paisagística da Mina da Panasqueira.

Recentemente foi também endereçado a esta comissão um ofício da Assembleia Municipal de Figueiró dos Vinhos a demonstrar grande preocupação pelo perigo iminente da derrocada desta escombreira e da possibilidade de afetar uma área bastante relevante do território nacional, havendo risco de contaminação do Rio Zêzere e a jusante da Albufeira de Castelo de Bode que garante o abastecimento de água para consumo humano a cerca de três milhões de pessoas na região da Grande Lisboa.

Assim, neste sentido, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda entende ser essencial a promoção de audições com os Presidentes da Câmara do Fundão e Figueiró dos Vinhos, dos investigadores do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Engenharia do Porto, do Diretor Geral da Direção Geral de Engenharia e Geologia, do Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente e do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, sobre a Escombreira com deposição de lamas tóxicas decorrentes da Exploração das Minas da Panasqueira e que se encontra em risco de rutura eminente em Cabeço Pião, no Fundão.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Maria Manuel Rola, Heitor de Sousa, Isabel Pires e Pedro Soares.